

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E DIREITOS HUMANOS – CECED

Parecer n.º 02 de 06 de Fevereiro de 2025

Projeto de Lei n.º 08/2025 de 03 de Fevereiro de 2025

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério, adequa a carga horária dos professores da rede municipal de ensino de Ubá, em consonância com a Lei Federal nº 11.738/2008, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 44 do Regimento Interno que relata:

“Art. 44. Compete à Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos, manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

I - política e sistema educacional e cultural;

II - política de desenvolvimento e proteção do patrimônio histórico-geográfico, arqueológico, cultural, artístico, científico e arquivístico;

III - assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania;

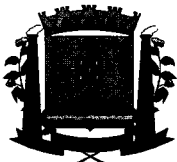
IV - assuntos relativos à família, mulher, criança, adolescente, idoso e grupos sociais minoritários.

V - promoção dos eventos municipais;

VI - política de promoção da educação

Rua Santa Cruz, N.º. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*física, e do desporto amador em geral;
VII - política de incentivo do esporte e
sua subvenção;
VIII – política de desenvolvimento e
incentivo ao turismo;
IX – tratar de assuntos relativos aos
Direitos Humanos*

Fundamentação

De acordo com a Lei Orgânica do Município, em seu art. 21, é dito que:

*“Art. 21 Ao município compete prover a
tudo quanto diga respeito ao interesse
local e ao bem-estar de sua população,
cabendo-lhe, privativamente, dentre
outras, as seguintes atribuições;*

*I – legislar sobre assuntos de interesse
local;*

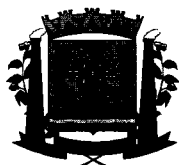
(...)”.

O presente Projeto de Lei nº 08/2025 dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério e adequa a carga horária dos professores da rede municipal de ensino de Ubá, em consonância com a Lei Federal nº 11.738/2008. Ou seja, são dois temas dentro de um único projeto de lei. Este relator pretende, inicialmente, explicar o que seria o “PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL”:

O piso salarial é o valor mínimo que determinada categoria profissional deve ganhar como remuneração. No caso do magistério, é aplicável para profissionais que lecionam na rede pública de ensino. Ou seja, é o valor do qual NENHUM profissional do magistério pode ser remunerado na forma de vencimento para a jornada de 40 horas semanais obedecendo a proporcionalidade em casos de jornada diferenciada. Ele é pago pelas prefeituras e Estados a partir de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) repassados pela União, além da arrecadação de impostos.

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Juntamente do Projeto de Lei nº 08/2025, veio também a mensagem nº 07 que, entre alguns pontos, destaca que este projeto de lei busca valorizar a educação e reconhecer a importância dos profissionais que atuam na formação das futuras gerações. Somado a isto, ainda na mensagem nº 07, o chefe do Poder Executivo destaca sua intenção de demonstrar o compromisso do município com o fortalecimento do Ensino Público, essencial para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da nossa população.

O chefe do Poder Executivo destaca, mais de uma vez, que o pagamento do Piso Salarial Nacional **decorre de uma obrigação legal, prevista em Lei Federal.**

Este relator falará, agora, da adequação da carga horária dos professores:

De acordo com o que relata o chefe do Poder Executivo na mensagem nº 07, até o final do ano de 2024 **os professores de Educação Infantil e de Ensino Fundamental I – anos iniciais – da rede municipal de ensino (Professor A)** cumpriam uma jornada de trabalho de 25 horas semanais, sendo elas: 06H50MIN destinadas as atividades sem interatividade com o aluno e 18h10min com alunos, ou seja, na prática o professor ficava mais de 2/3 da carga horária em sala de aula, o que seria um **erro** se formos seguir o que consta na Lei Federal nº 11.738/2008.

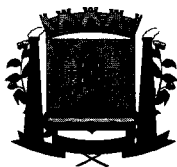
Já **os professores de Ensino Fundamental II – Anos Finais (Professor B)** até o final de 2024 cumpriam 18 horas aulas em atividades com interação com os educandos, no entanto recebiam por apenas 25 horas aulas, ou seja, deixavam de receber 2 horas aulas para que se atendesse a exigência da Lei Federal nº 11.738/2008.

Dito isto, o que este Projeto de Lei propõe é remunerar corretamente os profissionais da Rede pública municipal, reconhecendo o trabalho EXTRACLASSE (seria o Planejamento de Aulas, Correção de Provas e Participação em reuniões pedagógicas) que é uma característica intrínseca à profissão e atendendo assim, pela primeira vez no município, os dispositivos da Lei nº 11.738/2008, que instituiu o PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. No art. 2º do Projeto de Lei é dito que “Fica alterada a carga horária dos professores da Rede Municipal de Ensino de Ubá (...)”. **Com a aprovação deste Projeto de Lei a carga horária ficará assim:**

- Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (Professores de anos Iniciais do Ensino Fundamental – PROFESSOR A): 27h30min, sendo 18h10min devendo ser cumpridas em atividades com interação com alunos (o que equivale a 2/3), enquanto 1/3, o que corresponde a 9h20min, devem ser cumpridos em atividades extraclasse. **Como acontecerá uma EXTENSÃO da carga horária cumprida dos Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental**

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

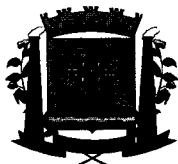
ESTADO DE MINAS GERAIS

(Professores A) para 27h30min, eles terão um reajuste salarial proporcional, sendo de 3,27%.

- Professores de Ensino Fundamental II – Anos Finais (Professor B): 27h, sendo dois terços disso – 18h – devendo ser cumpridas em atividades com interação com alunos e 1/3 de atividade extraclasse. No caso da jornada do Professor B ser inferior a 27hr semanais, será respeitada a proporcionalidade de 2/3 da carga horária em atividades com interatividade com alunos e 1/3 sem interatividade.

No Inciso III do art. 2º do Projeto de Lei nº 08/2025 é dito que a Secretaria Municipal de Educação ficará responsável por editar um ATO NORMATIVO próprio para regulamentar o cumprimento destas atividades extraclasse dos Professores A e B. Importante mencionar, também, que de acordo com o art. 4º a “extensão da carga horária não alterará, na prática, a carga horária que os profissionais devem cumprir em interação com os alunos”.

Segundo consta no art. 6º, as despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

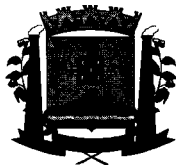
Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 27 da Constituição do Estado de Minas Gerais também versa que:

“Art. 27 A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

§1º - A concessão de vantagem ou o aumento de remuneração, a criação de cargo, emprego e função ou a alteração de estrutura de carreira bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta ou indireta ficam condicionados a:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

(...)”



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 08/2025.

Ubá, 06 de Fevereiro de 2025.



ANDRÉ EUSTÁQUIO ALVES
RELATOR

Manifestação da Comissão:

☐ Favorável

☒ Favorável com restrições

☐ Contrário



Vereador

☐ Favorável

☒ Favorável com restrições

☐ Contrário



Vereador

MANIFESTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 8/2025 – FAVORÁVEL COM RESSALVAS

O Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos, Vereador Breno Reis de Oliveira, por meio deste manifesto, se posiciona FAVORÁVEL ao parecer do vereador André Eustáquio Alves, levantando algumas RESSALVAS que abaixo serão mencionadas:

- Alguns professores procuraram a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos e apresentaram as seguintes sugestões para minimizar os possíveis impactos do Projeto de Lei n.º 8/2025:

- Possibilitar ao professor que cumpra as horas extraclases em casa por meio da realização de cursos que agreguem à formação pedagógica, em plataformas de livre escolha. Desta forma, seria possível ao professor exercer um segundo cargo.
- Elaborar e executar um plano de carreira que possa valorizar o magistério municipal.



Vereador Breno Reis de Oliveira – Vice-Presidente da Comissão

MANIFESTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 8/2025 – FAVORÁVEL COM RESSALVAS

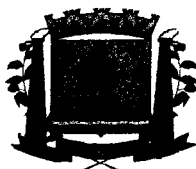
O Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos, Vereador Samuel Soares da Silva, por meio deste manifesto, se posiciona FAVORÁVEL ao parecer do vereador André Eustáquio Alves, levantando algumas RESSALVAS que abaixo serão mencionadas:

- Com receio do servidor designado não poder ter mais do que um cargo como Professor, apresentei uma emenda junto aos demais membros da Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 08/2025 para que os professores não sejam prejudicados com este adicional de horas EXTRACLASSE em suas rotinas, impossibilitando que os mesmos tenham outro cargo em demais instituições (sejam elas no Estado ou até mesmo no município).

- É importante ressaltar que esta atitude faz parte de uma fração do Plano de Carreiras do Magistério que, ao meu ver, deve ser implementado o quanto antes. Quero, aqui, demonstrar a importância da implementação do Plano de Carreiras para o Magistério

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Samuel Soares da Silva', is written over a horizontal line.

Vereador Samuel Soares da Silva – Presidente da Comissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ-MG
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES ESTIMADOS PREVISTOS JÁ INCLUSO ENCARGOS E PROVISÕES		
	2025	2026	2027
Reajuste do piso salarial dos Professores 3,27% Professor A e 2,97% Professor B	3.988.636,40	4.227.954,58	4.481.631,85

PREMISSAS:

Tomou-se como base o percentual de 3,27% e 2,97% para Professores A e B respectivamente sobre RCL acumulada do Município

METODOLOGIA DE CÁLCULO:

Aplicou o percentual estimado de 3,27% E 2,97% respectivamente sobre o valor bruto da folha de pagamento para os exercícios de 2025 e para 2026 e 2027, como também na receita corrente líquida, chegando-se ao valor previsto para anos subsequentes.

ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

Registre-se que os índices de gastos com pessoal para os 3 anos subsequentes será de 44,12% para 2025; 45,61% para 2026 e 46,16% para 2027, conforme projeção do índice.

Considerando que o reajuste do piso salarial dos Professores A e B está previsto em Lei Federal e na legislação do Município.

Considerando que o reajuste está dentro do cálculo do cômputo do índice de pessoal do Município e seus pagamentos serão pelas fontes do Fundeb e ensino correspondentes no orçamento.

Assim, demonstra-se que o Orçamento Municipal suportará perfeitamente as medidas ora propostas. Tanto mais porque o reajuste dos servidores professores municipais, seria aplicado o ipca acumulado e uma recomposição salarial. Ora, com o reajuste para 2025, será compensado pela efetiva cobrança da dívida ativa tributária, como também do aumento da receita tributária do Município e economia nas compras e licitações do Município. E, nos exercícios subsequentes, também projeta-se incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do Município, como também nas substituições dos terceirizados pelos concursados e redução de horas extras e outras despesas de custeio.

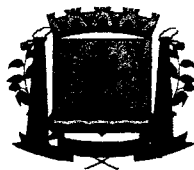
ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO

Ubá-MG, 05 de Fevereiro de 2025

MARCELO CORREA
PAIVA/67474616653

Ato administrativo nº 001/2025
CCF/UBA/PAIVA/1714/1621
Data de emissão: 05/02/2025

MARCELO CORREA PAIVA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO MATRICULA 1714



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Nos termos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a compatibilidade da nova despesa com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

1 – Objeto do reajuste e valores previstos

O reajuste para os professores públicos do Município , terá os seguintes valores previstos de aumento: **R\$3.988.636,40 para 2025 – R\$ 4.227.954,58 para 2026 e R\$ 4.481.631,85 para 2027 .**

2 – Adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual

O reajuste para os Professores públicos do Município de Ubá, terá os seguintes valores previstos acima de majoração na folha de pagamento, tendo cobertura orçamentária e financeira no orçamento de 2025, por meio de Lei específica.

3 – Compatibilidade com o plano plurianual

O reajuste para os Professores públicos do Município de Ubá , tem compatibilidade com as diretrizes, objetivos, programas e ações previstos no plano plurianual.

4 – Compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias

Limite de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:

O reajuste para os Professores do Município de Ubá , está dentro da margem de compensação de receita conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme consta do Anexo de Metas Fiscais.

Metas de Resultado Primário e Nominal da LDO:

O reajuste para os professores públicos do Município de Ubá não comprometerá o resultado previsto para as metas de resultado primário e nominal, haja visto que tais despesas serão absorvidas pelo aumento da arrecadação da receita tributária do Município. Como o incremento da cobrança do IPTU através do recadastramento imobiliário e aumento nas receitas de ISSQN através da intensificação da fiscalização do Município e cobranças da dívida ativa

5 – Declaração do Ordenador da Despesa

Face as regularidades acima demonstradas, autorizo a contratação da referida despesa:

Ubá(MG), 05 de Fevereiro de 2025

JOSE DAMATO
NETO.07147758609

Assinado de forma digital por JOSE
DAMATO NETO.07147758609
Data: 2025.02.05 14:46:37 -03'00'

**JOSE DAMATO NETO
PREFEITO DE UBÁ**